

# POLÍTICA DE COMBATE À CORRUPÇÃO

Estabelece diretrizes, critérios e responsabilidades para combater condutas corruptas, como suborno, desvios e concessões de vantagens indevidas, bem como indicar medidas preventivas para evitar referidas situações na Biolab.

**biolab**  
FARMACÊUTICA

## BIOLAB – POLÍTICA DE COMBATE À CORRUPÇÃO

## ABRANGÊNCIA









Aplica-se a todas as áreas de negócio da Biolab que atuam em processos e atividades previstos nesta política e a todas as empresas que pertencem ao mesmo grupo econômico (empresas controladas e/ou coligadas da Biolab), bem como a todos os colaboradores, parceiros e quaisquer terceiros que mantenham relação direta com a empresa.

## REGRAS GERAIS

A Biolab deve manter a integridade, a transparência e a responsabilidade como pilares fundamentais de suas operações, reconhecendo que a corrupção, em todas as suas formas, compromete esses valores essenciais e representa grave risco para o negócio.

As áreas de negócio da Biolab devem adotar medidas para prevenir qualquer comportamento que possa causar danos à administração pública, tanto no Brasil quanto em outros países, bem como a outras empresas privadas.

Para isso, **todos os colaboradores devem seguir esta política e os códigos de conduta da empresa**, participar dos treinamentos oferecidos e cumprir a Lei de Anticorrupção, especialmente **PARA EVITAR**:

-   Prometer, oferecer, pagar ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, brasileiro ou estrangeiro, ou a pessoa a ele relacionada.
-   Financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subsidiar a prática dos atos ilícitos previstos na Lei Anticorrupção;
-   Utilizar-se de pessoa física ou jurídica como intermediária para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados.
-   Dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional.

## BIOLAB – POLÍTICA DE COMBATE À CORRUPÇÃO

**REGRAS GERAIS**

Às áreas de negócios que participam de licitações e contratos com a administração pública, **É PROIBIDO**:

- ⊘ **Frustrar, fraudar, manipular, distorcer ou prejudicar**, mediante ajuste, conluio\*<sup>1</sup> ou qualquer outro ato, o processo de licitação pública;
- ⊘ **Impedir, perturbar ou fraudar** a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;
- ⊘ **Fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente**;
- ⊘ **Criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica** para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;
- ⊘ **Obter vantagem ou benefício indevido**, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais;
- ⊘ **Manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro** dos contratos celebrados com a administração pública.

**\*NOTA<sup>1</sup>:** conluio inclui, mas não se limita a acordos para fixação de preços, divisão de mercado, alocação de propostas ou qualquer outra conduta anticompetitiva.



## INTERAÇÃO COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

As interações com os agentes públicos **devem seguir as diretrizes desta política, dos códigos de conduta da empresa e da legislação local pertinente.**

As relações institucionais e contratuais com a administração pública, tanto nacional quanto estrangeira, em todos os níveis, esferas e poderes, **podem ocorrer de diversas formas, por exemplo:**

- a) solicitação e obtenção de alvarás, licenças, autorizações e certidões;
- b) pagamento de tributos (impostos, taxas, contribuições, multas e outros);
- c) regulação e fiscalização (corpo de bombeiros, fiscal do trabalho, vigilância sanitária e outros);
- d) licitações ou fornecimento (bens e serviços);
- e) condução de processos administrativos ou judiciais;
- f) execução de contratos ou termos (parceria, concessão, convênio, cooperação e outros).

Antes de realizarem reunião com qualquer agente público, gestores, colaboradores ou **qualquer pessoa que esteja representando a Biolab devem se certificar de que possuem autorização para representá-la.** As reuniões devem ocorrer, preferencialmente, nas instalações oficiais do órgão governamental ou nas dependências da Biolab, com participação de, no mínimo, dois representantes da Biolab.



A comunicação com agentes públicos deve ser precisa e transparente, evitando-se ambiguidades e interpretações equivocadas. Toda comunicação por escrito deve ser enviada do *e-mail* corporativo do colaborador da Biolab para o *e-mail* oficial do agente público, com cópia para o seu superior hierárquico.

Os pagamentos devidos à administração pública, como impostos, taxas, acordos, multas e quaisquer outros pagamentos solicitados, **devem ser efetuados exclusivamente conforme previsto em lei ou regulamento**, por meio de guias de arrecadação emitidas pelo órgão ou entidade competente da administração pública.

## BIOLAB – POLÍTICA DE COMBATE À CORRUPÇÃO

**INTERAÇÃO COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

São proibidos pagamentos de facilitação, devendo todas as transações e interações com a Administração Pública serem conduzidas de maneira ética e transparente, sempre respeitando as legislações aplicáveis e os nossos valores corporativos.

Todas as transações bancárias devem ser realizadas por meio de contas de titularidade da Biolab e, em nenhuma hipótese, os pagamentos à administração pública devem ser realizados em dinheiro ou por meio de transações bancárias destinadas a contas de pessoas físicas ou jurídicas de terceiros.

Todas as transações bancárias devem ser devidamente contabilizadas, com clareza, autenticidade, legalidade, veracidade e disponibilidade, de modo a identificar data, valor, objeto, titular e beneficiário.

**INTERAÇÃO COM O SETOR PRIVADO OU O TERCEIRO SETOR**

A Biolab proíbe estritamente qualquer oferta, promessa, entrega, recebimento ou pagamento, direto ou indireto, de vantagens indevidas a sócio, diretor, administrador, colaborador ou representante de entidade privada ou do terceiro setor.



Os pagamentos a indivíduos ou entidades do setor privado ou do terceiro setor devem ser autorizados e efetuados somente após a prestação do serviço ou a entrega do produto contratado. Tais pagamentos devem ser realizados exclusivamente por meio de boletos bancários ou transações bancárias com beneficiário claramente identificado como a pessoa física ou jurídica contratada.

## BIOLAB – POLÍTICA DE COMBATE À CORRUPÇÃO

**INTERAÇÃO COM O SETOR PRIVADO OU O TERCEIRO SETOR**

É estritamente proibido realizar pagamentos em dinheiro ou por meio de transações bancárias destinadas a contas de terceiros, mesmo que estes sejam representantes legais do contratante.

Todos os envolvidos no lançamento e na aprovação de pagamentos devem estar atentos a possíveis conflitos de interesse ou situações que possam envolver troca de favores e vantagens indevidas. Qualquer irregularidade deve ser imediatamente reportada à área de *Compliance*.

**DUE DILIGENCE DE TERCEIROS**

Sempre que necessário, a área de *Compliance* deve realizar *due diligence*\*<sup>2</sup> sobre terceiros, a fim de avaliar o grau de conformidade de empresas parceiras com leis, regulamentos e políticas internas da Biolab, ajudando a identificar e mitigar riscos que possam prejudicar a imagem da empresa.

O processo de *due diligence* visa investigar possível histórico de não conformidade relacionado a suborno, corrupção, fraude, lavagem de dinheiro, financiamento a terrorismo, desrespeito ao direito de concorrência ou outra má conduta.

Assim que concluída a *due diligence*, a área de *Compliance* deve emitir recomendações sobre o estabelecimento ou a manutenção de relação comercial com o terceiro avaliado, bem como sobre a necessidade de criação de medidas mitigatórias de risco.



**\*NOTA<sup>2</sup>:** Diligência prévia. Procedimento de estudo e investigação de diferentes fatores da empresa com objetivo de analisar riscos que ela possa causar a diferentes públicos interessados (parceiros, clientes, representantes, fornecedores e prestadores de serviços).

## BIOLAB – POLÍTICA DE COMBATE À CORRUPÇÃO

**CONTRIBUIÇÕES, DOAÇÕES E PATROCÍNIOS A CANDIDATOS A CARGOS PÚBLICOS OU PARTIDOS POLÍTICOS**

A Alta Administração da Biolab não contribui, direta ou indiretamente, por meio de doações ou empréstimos de bens, para campanhas políticas, partidos políticos, candidatos a cargos públicos ou qualquer outra organização envolvida em atividades políticas.

**CANDIDATURA A CARGOS POLÍTICOS**

A Alta Administração da Biolab não se opõe que seus colaboradores se candidatem a cargos políticos; no entanto, **não é permitida a promoção de campanhas eleitorais nas dependências da empresa.**

Caso um colaborador assuma uma função política, o exercício desta não poderá conflitar com sua jornada de trabalho e atividades desempenhadas na Biolab.

**BRINDES, PRESENTES, HOSPITALIDADES E ENTRETENIMENTO**

A Alta Administração da Biolab é contrária a aceite e oferta, diretos ou indiretos, de brindes, presentes, hospitalidades, entretenimento ou qualquer forma de cortesia que possa influenciar decisões, facilitar negócios ou beneficiar terceiros, inclusive órgãos e funcionários da administração pública. As regras operacionais e os procedimentos relacionados a esses itens deverão ser detalhados em documentos de processos específico.

Situações que violem as disposições desta política, do Código de Conduta Comercial ou do Código de Conduta Ética **devem ser imediatamente comunicadas à área de Compliance.**

## BIOLAB – POLÍTICA DE COMBATE À CORRUPÇÃO

**REESTRUTURAÇÃO SOCIETÁRIA**

Em caso de participação da Biolab em operação de fusão ou aquisição, a área de *Compliance* deve ser acionada para realizar *due diligence* de terceiros envolvidos, a fim de garantir o cumprimento da Lei Anticorrupção e identificar riscos que possam prejudicar a imagem da empresa.

O contrato a ser firmado deve conter cláusulas anticorrupção, e nele deve estar expresso que o eventual cessionário responde pelos atos e fatos anteriores.

Toda violação identificada em operação de fusão ou aquisição deverá ser reportada às Diretorias Jurídica e Integridade Corporativa para análise e avaliação de riscos.

As Diretorias Jurídica e Integridade Corporativa devem apresentar alternativas de solução dos riscos identificados para deliberação da Alta Administração.



A Biolab possui um Canal de Ouvidoria, acessível pelo *site*, para relatos seguros e confidenciais de condutas antiéticas, sendo garantida, aos comunicantes de boa-fé, proteção contrarretaliação.



## BIOLAB – POLÍTICA DE COMBATE À CORRUPÇÃO

**PAPÉIS E RESPONSABILIDADES****DA ALTA ADMINISTRAÇÃO DA BIOLAB**

- o Deliberar sobre diretrizes, normas, investimentos, custos e contratações necessários à operacionalização desta política.
- o Decidir sobre eventuais riscos e resolver possíveis conflitos identificados na operacionalização dos processos relacionados a esta política.

**DA DIRETORIA DE INTEGRIDADE CORPORATIVA**

- o Orientar a Alta Administração da Biolab quanto a aplicabilidade, interpretação e atualização de leis e regulamentações relacionadas aos temas desta política.
- o Analisar e avaliar os riscos para identificação de violação.
- o Comunicar os sócios sobre indícios de corrupção, quando identificados.
- o Aferir, de forma independente, as regras e as diretrizes estabelecidas nesta política, mitigando riscos de não conformidade quanto a gestões, controles e processos internos, bem como apurar relatos de irregularidade ou má conduta , quando necessário.
- o Realizar *due diligence* no contexto de operações de fusão ou aquisição, inclusive, mas não se limitando a verificações voltadas ao cumprimento da Lei Anticorrupção e identificação de PEPs.
- o Recomendar ou não o estabelecimento de relação comercial com entidades privadas ou do terceiro setor, conforme resultado das análises realizadas.

**DOS COLABORADORES**

- o Acionar a área de *Compliance* e/ou o Canal de Ouvidoria acerca de situações de aparente corrupção ou qualquer outra violação desta política.

## BIOLAB – POLÍTICA DE COMBATE À CORRUPÇÃO

**PENALIDADES**

O cumprimento desta política é exigido de todos os colaboradores da Biolab. A não observância aos preceitos nela descritos constitui violação e pode acarretar aplicação de medidas disciplinares, tais como advertência verbal, advertência escrita e suspensão formal, ou mesmo desligamento por justa causa, dependendo da gravidade da violação cometida.

**DOCUMENTOS RELACIONADOS**

- Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção)
- Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações)
- Código de Conduta Ética
- Código de Conduta Comercial
- Política de *Compliance*



# VIVA A EVOLUÇÃO

## biolab

FARMACÊUTICA